

SUBJETIVIDADE E COOPERATIVISMO: NO CONTEXTO DE UMA COOPERATIVA PAUTADA NOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mariane Lemos Lourenço*

RESUMO: Muitos seriam os desafios a serem percorridos dentro da economia solidária, que requerem transformações subjetivas. Nesta pesquisa, são modos de subjetividade constituídos nas interações sociais no âmbito da cooperativa estudada a CooperSol, que se mostrou, por meio de observações e depoimentos, um espaço de expressão da subjetividade do trabalhador cooperado em relação à autogestão e ao tempo de trabalho. Através do desafio da autogestão, os cooperados conquistam direito à voz e voto. Na CooperSol o tempo de trabalho também poderia ganhar em sua dimensão qualitativa, subjetiva, considerando as várias dimensões do cotidiano. Entretanto, como em qualquer manifestação humana, na CooperSol também ocorriam conflitos, que eram ao menos externados e discutidos em reuniões. Assim, não obstante as suas dificuldades, a CooperSol indica que, na medida em que as pessoas organizam e estruturam um empreendimento solidário, organizam e estruturam a si mesmas subjetivamente.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo; Subjetividade; Autogestão.

SUBJECTIVITY AND COOPERATIVENESS: A COOPERATIVE BASED ON THE PRINCIPLES OF SOLIDARY ECONOMY

* Psicóloga, Doutora e Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP/SP. Docente do Departamento de Administração Geral e Aplicada da Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: marianellourenco@ufpr.br.

ABSTRACT: There are numberless challenges within a solidary economy that need subjective transformations. Current research deals with modes of subjectivity within social interactivities in the cooperative CooperSul which proved to be a place in which cooperative workers expressed their subjectivity with regard to self-administration and working period. Cooperative subjects acquired the right of voice and vote through the challenge of self-administration. Working period in CooperSul may also have a qualitative and subjective dimension when the day-to-day conditions are taken into account. However, as in all human experiences, conflicts in CooperSul do not merely occur but are debated in meetings. In spite of all difficulties, CooperSul shows that when people organize themselves and build a solidary structure, they also organize and structure themselves.

KEYWORDS: Cooperativism; Subjectivity; Self-administration

INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz uma análise das questões subjetivas que perpassam uma cooperativa pautada pelos princípios da economia solidária. É preciso esclarecer que a economia solidária seria, segundo Paul Singer (2002, p. 10), outra maneira de produção, cujos princípios fundamentais seriam “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, tendo como resultados a solidariedade, a democracia, a igualdade, a persistência na autogestão e a rejeição ao assalariamento.

A economia solidária renasce no contexto do declínio do socialismo na Europa Oriental e do fracasso dos governos e partidos da social-democracia na Europa e nos países da América Latina. O que teria subvertido a ideia de que o percurso da emancipação do trabalhador passa, fundamentalmente, pela tomada do poder do Estado. Para uma grande parte da população, estabelecer uma

economia solidária está relacionado à sua vontade de aprender e tentar, de sua concordância aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de seu ânimo em adotar estes princípios no seu dia-a-dia.

A economia solidária alia o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios; tem como formas de realização o banco do povo, os clubes de troca e as cooperativas. Este trabalho dedica-se ao estudo de uma cooperativa, pois estas, quando pautadas nos princípios da economia solidária, teriam, segundo Paul Singer (2002, p. 90), um “caráter de antítese da empresa capitalista e a vocação de constituir um modo de produção *alternativo* ao capitalismo, e não meramente *intersticial*”. Porém, para evitar distorções nesses empreendimentos é imprescindível que as cooperativas se submetam aos princípios que as fundamentam. Oliveira (2001) esclarece que esses parâmetros foram estabelecidos em meados do século XIX, com a criação da Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, e ainda fundamentam a organização das cooperativas até nossos dias, tendo como princípios norteadores a igualdade e a democracia. “A igualdade responde pela necessidade de equidade e justiça na distribuição das grandezas obtidas e a democracia, pela igualdade de direitos de cada um dos membros, indistintamente.” (OLIVEIRA, 2001, p. 44).

As cooperativas pautadas na economia solidária por estes princípios norteadores estabelecem “um conjunto vivo de estratégias que resistem à massificação e à padronização. A possibilidade de invenção é uma potência do homem comum e uma forma de resistência quando se resgata a relação de cooperação, da inteligência coletiva, da possibilidade de afetação recíproca” (WEBER; GRISCI, 2010, p. 5). Assim, as novas formas de subjetividade gestadas no bojo da economia solidária configuram novas visões sobre o contexto de trabalho, as quais se entrelaçam com as

experiências pessoais preexistentes, requerendo novas construções. São modos de subjetividade construídos nas interações sociais no âmbito das cooperativas, que podem configurar-se como um espaço de emergência da subjetividade do trabalhador cooperado. Neste sentido, delineou-se como objetivo geral da pesquisa compreender o modo como uma cooperativa de trabalho, pautada pela economia solidária, poderia apresentar-se como um espaço de expressão da subjetividade do trabalhador cooperado. O objetivo geral se desdobrou sobre alguns aspectos que se mostraram, através da pesquisa de campo e dos depoimentos, como um contraponto a outras empresas que não se pautam pelos mesmos princípios; questões que se relacionam em especial à autogestão do empreendimento, do tempo de trabalho e ao manejo de conflitos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SUBJETIVIDADE E COOPERATIVISMO

O vínculo entre subjetividade e trabalho remete à análise das formas pelas quais os sujeitos experimentam e conferem significado às suas vivências de trabalho. Essa análise estabelece, segundo Nardi, Tittoni e Bernardes (2002), pelo menos, dois obstáculos: um deles é a definição de subjetividade; o outro, o entendimento de uma relação que se acha em constante modificação. A conexão entre subjetividade e trabalho se modifica, por exemplo, ao se considerar a relação do cidadão e do escravo com o trabalho, na Grécia; do mesmo modo do senhor feudal e do servo, na Idade Média; ou do operário da indústria fordista e do jovem analista de sistemas nas empresas no século XXI. As especificidades históricas de cada época podem determinar a produção de outra subjetividade, pois toda mudança social pode provocar transformações subjetivas que resistem ou

se conformam às situações vivenciadas entre as pessoas e o seu trabalho, por exemplo, em cada conjuntura espaço-temporal.

Para conceituar o termo subjetividade, neste artigo foi utilizada a definição de Bock, Furtado e Teixeira (2010), para quem o termo significa a síntese única e individual que cada pessoa vai estabelecendo conforme se constitui e vivencia as práticas da vida social e cultural. Seria o que distingue cada sujeito de um modo, por ser singular, e o iguala a todos os outros, na proporção em que as coisas que estabelecem essa subjetividade são vivenciadas no espaço público-social. A subjetividade pode ser entendida como o mundo de conceitos, significados e sentimentos estabelecidos interiormente por cada um a partir de suas interações sociais, de sua formação biológica; sendo, ainda, originada de manifestações de sentimento e de comportamento. O mundo social/cultural, na medida em que vai sendo vivido, possibilita a constituição de um mundo interior. São múltiplos os fatores que se compõem e conduzem a um modo de ser particular. Conferindo significado a essas vivências, cada ser humano forma-se cotidianamente. A subjetividade seria o modo de sentir, refletir, idealizar, inventar e gostar, próprio de cada sujeito. É o que compõe a maneira de ser de cada um, com suas especificidades e sua singularidade. Portanto, a síntese que a subjetividade traduz não seria inata, mas estabelecida gradativamente, à medida que cada indivíduo apropria-se do mundo social/cultural, e simultaneamente age sobre este mundo, sendo ativo na sua constituição. Estabelecendo e modificando o mundo (externo), o homem estabelece e modifica a si mesmo. Assim sendo cada indivíduo representa a síntese vertical de uma história social, porém não se trata meramente de reproduzir o social. Cada sujeito se apodera do social e, por meio de um processo de mediação, o filtra e o retraduz preparando, assim, a ordem de significantes que irá compor

sua subjetividade. Desse modo o homem pode construir novos modos de subjetividade, repudiando o “assujeitamento” e a ausência de memória, infligida pela efemeridade da informação, rejeitando a massificação que afasta e estigmatiza a diversidade, recusando a aprovação social submissa ao consumo.

O estudo dessas novas subjetividades, segundo Bock, Furtado e Teixeira (2010) vão revelando as relações do cultural, do político, do econômico e do histórico na elaboração do mais particular e do mais perceptível no homem; aquilo que o mobiliza, submete-o ou captura para refletir e atuar em relação aos efeitos das formas de submissão da subjetividade, pois esta, enquanto mundo interno estabelecido pelo homem como constituição de suas determinações, não cessará de se transformar, pois as experiências sempre apresentarão conteúdos originais para renová-la. Nesse sentido, para Pichon-Rivière “o sujeito estabelece uma relação dialética com o mundo e transforma as coisas, de coisa *em si*, em coisas *para si*. Através de uma práxis permanente, na medida em que ele se modifica, modifica o mundo, em um movimento de permanente espiral”. (2000, p. 191).

O termo subjetividade, para Losicer (1997), “veio a englobar (e extravasar) o que antes era denominado como ‘ser humano’, ‘indivíduo’, ‘psiquismo’, ‘eu-privado’, ‘homem- íntimo’- e nele convergem uma grande diversidade de experiências e saberes”. Para o autor, se há alguma coisa que marca a essência do momento atual, isso, seguramente, tem alguma relação com o tema da subjetividade.

Considerar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho envolve a ponderação sobre as maneiras como as vivências no trabalho configuraram formas de agir, pensar, sentir e trabalhar ligados em

determinados instantes, de certo modo duráveis, que estabelecem a conexão entre distintos elementos, necessidades, valores, e planos. Igualmente, compreende diversas possibilidades de invenção e criação de diferentes formas de trabalhar, em modos de transgressões ou ainda de “resistências-potenciais” na integração dos variados elementos e das formas de criar e produzir (NARDI; TITTONI; BERNARDES, 2002).

Estar em uma cooperativa nos moldes da economia solidária constitui um grande desafio para quem vive dentro do atual sistema econômico. Neste sistema a competitividade é acirrada e incentivada; como trabalhar então dentro de uma proposta que implica em relações solidárias? Como se juntar a, pelo menos, vinte outras pessoas com um objetivo em comum, quando se está implicado num sistema que propaga o individualismo e incentiva a fama e conquistas individuais?

São inúmeros os desafios a serem transpostos dentro da economia solidária, entre esses desafios estaria a prática da autogestão, que demanda transformações subjetivas, em que os outros estão firmemente enredados; portanto, a questão da intersubjetividade deve ser levada em consideração.

Nesse sentido, Fernandes (2003, p. 50) fala sobre o “trabalho psíquico da intersubjetividade” considerado “como o trabalho psíquico de um outro ou de mais de um outro na psique do Sujeito do Inconsciente”. Tomando como base Kaës, que considera que:

[...] essa afirmação tem como corolário que a constituição intersubjetiva do sujeito (o que define o conceito do sujeito do grupo) impõe à psique certas exigências de trabalho psíquico: ela imprime na formação, nos sistemas, instâncias e processos do aparelho psíquico, e por conseqüência no inconsciente, conteúdos e modos de funcionamento específicos (KAËS, 1997, p. 283).

Segundo Fernandes, a concepção de um entrelaçamento psíquico intersubjetivo seria:

[...] correlata de outra que se refere a uma estrutura da psique na intersubjetividade, sendo o aparelho psíquico constituído de lugares e processos que contém ou introjetam as formações psíquicas de mais de um outro num feixe de traços, marcas, vestígios, emblemas, signos e significantes, que o sujeito herda, recebe e deposita, transforma e transmite (FERNANDES, 2003, p. 51).

Para Nardi, Títtoni e Bernardes (2002), os campos “subjetividade e trabalho” são estabelecidos no tensionamento entre as dicotomias indivíduo-coletivo e objetivo-subjetivo, interior-exterior, procurando desenvolver as análises sociais que destacam as determinações socioeconômicas. “As dinâmicas da vida e do trabalho mobilizam e possibilitam fontes de criação e resistência que permitem sua singularização” (WEBER; GRISCI, 2010), ao mesmo tempo distinguem dilemas. A concepção de subjetividade, aqui considerada, vai além de posições que se demarcam em contraposição à *objetividade* (mundo real, concreto, empírico) e àquela que iguala sujeito com indivíduo psíquico (mundo interno, privado).

É preciso considerar que o sujeito se constrói por relação com outro sujeito (relação intersubjetiva). Assim, para Losicer (1997), não há diferença entre sujeito psíquico (sujeito da história individual e do desejo inconsciente) e sujeito social (sujeito da história social e de suas transformações). O autor enfatiza ainda que o sujeito que interessa em seus estudos que trazem à tona a questão da subjetividade está “implicado (e produzido) na vida institucional concreta, particularmente na organização do trabalho” (LOSICER, 1997, p. 69).

A organização do trabalho, segundo Tittoni (1994), acarreta profundo impacto na vida dos trabalhadores. O trabalho é capaz de estabelecer “modos de ser”, de refletir e de atuar que possuem nele uma referência respeitável. Essa realidade apenas assevera a relevância de considerá-lo na análise do sujeito e, do mesmo modo, delimitando os modos de manifestação da subjetividade. A questão da subjetividade atravessa o mundo do trabalho e interessa aqui em seus desdobramentos nas cooperativas pautadas pela economia solidária, que demandam a construção de novas subjetividades. Como cada indivíduo pode transformar o seu mundo subjetivo para trabalhar numa cooperativa pautada na autogestão e na solidariedade? Mesmo quando as pessoas aceitam participar de uma proposta de economia solidária, elas continuam vivendo em um mundo capitalista, o que parece provocar um choque de culturas. Há uma necessidade de mudança subjetiva e, a esse respeito, Barreto (2003, p. 308) escreve:

Socializamo-nos em uma sociedade capitalista em meio a seus valores de competição, individualismo egoísta e materialismo consumista, valores esses que conscientemente ou não são parte de nossa constituição enquanto sujeitos sociais. No momento em que nos opomos ao capitalismo e suas formas de sujeição e nos dispomos a transformá-las, necessitamos incluir como “campo de transformação” todo esse conjunto de valores que não somente compõem o capitalismo, mas a nós mesmos. Em outras palavras necessitamos transformar também o capitalismo incorporado em nós.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, buscou entender um fenômeno específico em profundidade (GODOY, 2006), utilizando como metodologia o estudo de caso, “considerado um dos mais relevantes tipos de pesquisa qualitativa” (TRIVIÑOS, 1990, p. 175). Essa categoria de pesquisa permite realizar investigações com maior densidade, de um indivíduo, grupo, instituição ou unidade social (YIN, 1994, 2005; VOSS; TSIKRIKTSIS; FROHLICH, 2002).

A unidade de análise considerada foi a cooperativa CooperSol. Quanto à escolha desse empreendimento, a partir da definição do tema de pesquisa, buscou-se por uma cooperativa que estivesse pautada nos princípios da economia solidária. O que representou a permanência em algumas cooperativas, antes da definição da cooperativa parceira para este trabalho. Depois de longas conversas e observações, a CooperSol mostrou-se pautada nos princípios da economia solidária, com destaque aos princípios da igualdade e democracia.

A cooperativa estudada foi fundada em julho de 2001, por um grupo de mulheres de uma determinada comunidade de um município do interior do estado do Paraná. Com o tempo, alguns homens passaram também a fazer parte do grupo. Seus integrantes são pessoas das classes populares, das mais variadas faixas etárias, majoritariamente pessoas em torno dos 40 anos. Alguns com pouca escolaridade, outros com segundo grau completo. A cooperativa atua no segmento do vestuário, no setor de confecção e facção (tendo por objetivo produzir, beneficiar, industrializar e comercializar confecções em geral). A opção pelo segmento do vestuário se deu, primeiramente, pelo próprio interesse dos seus idealizadores e, em especial, por ser a região onde está situada a cooperativa caracterizada como um polo deste setor. Na localidade existem muitas empresas de

confeção que vendem para todo o Brasil e algumas também exportam seus produtos. Na época da pesquisa, a cooperativa contava com um número variável de 34 cooperados.

Com relação à perspectiva temporal, trata-se de um trabalho longitudinal (NEUMAN, 1999). O contato regular com a cooperativa aconteceu durante um ano e meio (dezoito meses), tempo em que foi possível conhecer melhor o dia-a-dia do empreendimento. A convivência gerou um diário de campo, em que foram registradas as observações sobre o funcionamento da cooperativa e as atividades nela desenvolvidas.

Além das observações, transcritas no diário de campo, foram realizadas entrevistas com os cooperados, orientadas por um roteiro, para levantar questões relacionadas à rotina de trabalho e à gestão do empreendimento. As entrevistas foram gravadas com a autorização de cada cooperado. O nome da cooperativa, assim como os nomes dos entrevistados, por questões de sigilo e ética, foram trocados.

Diversas fontes de coleta de dados foram utilizadas, destacando-se o acompanhamento das reuniões e assembleias na cooperativa e a análise documental a partir do acesso a documentos tais como: atas das assembleias, regimento interno da cooperativa, livros de presença, relatórios de gestão e outros documentos (atas de reuniões, livros caixa, etc.). Utilizando assim a técnica de triangulação, visando confrontar as fontes utilizadas para identificar convergência ou não dos seus conteúdos, segundo Gibbert e Ruigrok (2010, p. 713) *“an important strategy to ensure the construct validity of a case study is the triangulation of different sources of data, such as interview data, archival sources, and participatory or direct observation”*.

O estudo cumpriu o protocolo de pesquisa com seres humanos,

de acordo com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, Brasil (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CNS). Todos os entrevistados também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao aceitarem participar do estudo.

2.3 RESULTADOS E ANÁLISE

A pesquisa de campo e os depoimentos resultaram em questões que se relacionam em especial à autogestão da cooperativa e do tempo de trabalho e ao tratamento de conflitos inerentes à natureza do empreendimento. Buscou-se também empreender a análise da subjetividade em uma cooperativa pautada pelos princípios da economia solidária, na tentativa de compreender a produção de maneiras de ser originais, subjetividades emergentes, construídas social e historicamente no espaço de trabalho na cooperativa. Para o entendimento desse processo, este artigo discute a seguir as relações entre subjetividade, autogestão, tempo de trabalho e a emergência de conflitos inerentes a natureza do empreendimento.

2.3.1 Subjetividade e Autogestão

A administração científica do trabalho, proposta por Taylor, instituiu, no século XX, segundo Losicer (1997), “o não-lugar para o trabalhador”, isto é, o lugar do sujeito dentro do taylorismo é o “lugar negado”. É um homem que silencia, vende sua força de trabalho e adoce pelo mesmo, cercado de medos: o medo de sua humanidade, de sua fragilidade em relação às máquinas e aos seus concorrentes, em um mercado de trabalho muito competitivo. Todos aparentemente descartáveis assim que

adoecem ou se mostram inadequados ao cumprimento de tantas regras, aperfeiçoamentos e competitividade.

Dejours (1996) questiona como o trabalhador consegue manter seu “equilíbrio psíquico” em ambientes por vezes tão hostis e desestabilizantes como os encontrados nas organizações. Essa normalidade, ao contrário do que se pensa, não é uma característica inerente à condição humana, mas exige um desprendimento de energia pelo indivíduo, pois é “traspassada pelo sofrimento”. Para muitos trabalhadores é o corpo que fala, pois não há lugar para a palavra, falta um espaço público de discussão do mal-estar no mundo do trabalho. A presença das cooperativas pode ser uma tentativa humilde de resposta e questionamento a este mal-estar, pois nelas o trabalhador tem, ou deveria ter restituído o poder da palavra, tem ou deveria ter voz. Isto se dá graças ao processo de autogestão, que se constitui numa maneira diferenciada de dirigir as empresas solidárias.

Segundo Singer (2002), a diferença essencial entre a economia capitalista e a solidária estaria nessa maneira distinta de dirigir as empresas. A primeira emprega a heterogestão, que consiste numa administração hierárquica, constituída por graus sucessivos de autoridade, dentre os quais as informações e consultas ocorrem de baixo para cima e as ordens e direcionamentos de cima para baixo. Já a empresa solidária é gerida democraticamente, ou seja, nela se exerce a autogestão. As decisões, na íntegra, são adotadas em assembleias, que podem acontecer em breves intervalos, quando a empresa é menor. Todavia, é muito complexo estabelecer um debate expressivo no meio de um grande número de pessoas. Então, quando a empresa é grande, as assembleias-gerais são mais incomuns. Assim sendo, os sócios escolhem delegados por setor ou departamentos, que se organizam para decidir em nome da totalidade.

Deliberações do dia-a-dia ficam a cargo de gerentes e encarregados, indicados pelos sócios ou por uma diretoria escolhida por eles. O trabalho é oposto ao das empresas capitalistas, as ordens e direcionamentos fluem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. O comando mais importante é a assembleia de todos os sócios, que precisa tomar as diretrizes a serem desempenhadas pelos níveis intermediários e altos da administração. Na autogestão os níveis mais altos são administrados pelos mais baixos e são responsáveis diante destes.

Mas, para que a autogestão se efetue, é necessário que os sócios na integralidade se interessem do que acontece na empresa e das possibilidades à disposição para a solução de cada dificuldade. A autogestão demanda um empenho suplementar dos trabalhadores na empresa solidária; além de desempenharem as ocupações de sua responsabilidade, cada um deles deve se interessar por questões da empresa em sua totalidade.

O risco de degeneração da experiência autogestionária viria, então, para Singer (2002), do precário desenvolvimento democrático dos sócios. A autogestão teria como valor basilar não a eficácia econômica, imprescindível, mas o crescimento humano que engendra. Compartilhar dos debates e deliberações do coletivo, do qual se faz parte, ensina e conscientiza, tornando cada um mais completo, autoconfiante e forte. Segundo Singer (2012, p. 112) “é para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária”.

Havia no cotidiano da cooperativa pesquisada muitas pessoas empenhadas em praticar a autogestão, no entanto, alguns de fato não percebiam o significado de participar das discussões e decisões tomadas em grupo. Um dos momentos mais ilustrativos desse fato foi uma reunião para discutirem a marca dos produtos confeccionados pela cooperativa que

recebiam a etiqueta com o nome CooperSol. A presidente da cooperativa propôs aos cooperados a discussão de uma nova marca. A reunião foi então agendada. A presidente da cooperativa, Cristiane, ligou para uma cooperada que havia faltado naquele dia, para que ela viesse à reunião. A pessoa perguntou do que se tratava, ao que a presidente respondeu: *“É para discutirmos uma nova marca para as peças confeccionadas na cooperativa”*. Cristiane contou indignada que a cooperada respondeu: *“Ah, pensei que fosse uma coisa importante”*. Este é um exemplo do quanto, às vezes, é difícil para as pessoas se engajarem no esforço adicional que a prática autogestionária exige.

Apesar das dificuldades, Paul Singer (2003) reforça que a economia solidária melhora para o cooperado as condições de trabalho, ainda que estas permaneçam deixando muito a desejar. Porque ter o poder de tomar parte nas decisões, e deste modo estar ciente de tudo o que ocorre e que alternativas existem, seria um avanço extraordinário para a redenção humana do trabalhador. A melhora das condições de trabalho na cooperativa, mesmo quando ainda deixam a desejar, seria também um contraponto à realidade das empresas capitalistas. As palavras de Simone Weil, que são fruto de sua própria experiência na vida da fábrica, podem ser citadas para lembrar um cotidiano que se contrapõe à economia solidária. Um dos aspectos se relacionaria à interdição da palavra do trabalhador, pois na fábrica ele não tem voz. Para Weil (2001, p. 155), o ser humano é exposto a grandes e pequenas misérias, cotidianamente, coisas que, no dizer da autora, “ferem a alma”, sobretudo porque ninguém pode queixar-se. O melhor para o trabalhador seria até nem pensar nesta possibilidade, pois abrir a boca, queixar-se seria caso para ser punido e humilhado dentro da fábrica. Se existe algo, que o operário não consegue suportar, ele vai escolher calar-se e pedir a conta. O depoimento da cooperada Leny é

contundente quanto a isto e marca as distinções entre a cooperativa que tenta praticar a autogestão e outras empresas:

A cooperativa é diferente no sentido de que a pessoa é mais livre para pensar e agir também. Você pode pensar, enquanto numa empresa você só pode pensar na empresa. Mesmo que você queira fazer algo, você não consegue, mesmo em cinco funcionários, por exemplo, porque o medo é tanto de perder aquele emprego que ninguém fala nada. Eu acho horrível que seja assim, que ninguém se manifeste. (...) A diferença da cooperativa é que você pode falar o que você quiser (LENY).

Weil (2001, p. 155) percebe com sensibilidade esta questão da ausência de voz do trabalhador, mostrando que na fábrica:

Cada um é um estranho admitido como simples intermediário entre as máquinas e as peças fabricadas, tudo isso atinge o corpo e a alma; sob este golpe, a carne e o pensamento se retraem. Como se alguém repetisse ao ouvido minuto a minuto, sem que se possa responder nada: “Você não é nada aqui. Você não conta. Você está aí para curvar-se, suportar tudo e calar-se”

Nas cooperativas pautadas pela economia solidária, como no exemplo da CooperSol, a pesquisa de campo mostrou que o cooperado pode ter o poder de decisão sobre o que produz. Pode deliberar sobre os materiais que irá utilizar, conceber o produto final, escolher seu formato, sua cor, sua função, o número de peças que irá produzir. Prever o tempo

de produção. Decidir se irá trabalhar de manhã ou à tarde, conforme puder, de acordo com suas condições de saúde e do tempo, conforme o que for combinado entre os cooperados. A fala de uma das cooperadas, Elza, mostra que esse é um fato valorizado na CooperSol:

E para mim o que existe de melhor em uma cooperativa é a liberdade, não só de gerir o próprio negócio, como também a de idéias, todos sentam e cada um expõe o que pensa e o que quer. O que gostaria que fosse feito, e tenta-se chegar a um consenso do que é, ou do que seria melhor não só para a cooperativa como também para os cooperados (ELZA).

O trabalhador pautado pela heterogestão é expropriado desta condição humana (ARENDDT, 2010) de deliberar e decidir, prever e escolher. Esta seria a “negação originária” da capacidade autogestiva do homem em situação de trabalho (LOSICER, 1997). É a negação do sujeito, de sua subjetividade, de seus desejos, do seu ritmo próprio. O desrespeito ao seu corpo que adocece, capturado e aprisionado por cartões ponto e punições. O termo trabalho parece então igualar-se à sua origem etimológica do latim *tripaliare*, que significa “torturar por meio de *tripalium*” (instrumento formado por três paus, próprio para atar condenados ou para manter presos os animais difíceis de ferrar). (ARANHA, 1997). Igualmente, a palavra labor é sinônima de trabalho, mas também lembra sofrimento, dor, fadiga (ARENDDT, 2010).

Na cooperativa o trabalho pode ter outro significado, divergente da origem etimológica do próprio termo, que não se ligue à fadiga, à exploração e ao sofrimento. Pois os cooperados não teriam a obrigação de produzir lucros proporcionais ao capital investido, “o que lhes permite

se auto explorar menos. Além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção” (SINGER, 2003, p. 17).

O trabalho que realizam na cooperativa é uma prática desafiadora, cercada de dificuldades como o esforço empreendido na discussão de cada trabalho quando todos opinam. A presidente da Cooperativa desabafou: *“Às vezes alguém fala que eu deveria impor as coisas, mas isto não seria cooperativa, isto é de todos. Todos devem participar. A democracia dá mais trabalho”*.

O momento de criação conjunta impossibilita a alienação. Neste momento o trabalho humano se diferencia, pois, no final do processo, há um resultado que já pode existir na mente do trabalhador mesmo antes de ele começar o seu ofício. Segundo Marx (2003, p. 212):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Antes de iniciar um trabalho, o homem já o construiu mentalmente, pode até imaginá-lo pronto. O trabalho humano presume uma prática

antecipada pelo pensar, o aspecto subjetivo precede o trabalho concreto. Já na concepção mecanicista toda produção seria igual, não havendo espaço para a criatividade. Porém, o trabalho humano não é como o das abelhas, marcado por aspectos biológicos, mas é um trabalho criativo, subjetivo, marcado pela singularidade de cada indivíduo. Seria determinante para o trabalhador poder então deliberar sobre o seu trabalho, levando em conta questões subjetivas.

2.3.2 Subjetividade, Autogestão e Tempo de trabalho

O cotidiano de pesquisa na Coopersol, através das observações diárias e dos depoimentos, mostrou que uma cooperativa pautada na economia solidária (pelos princípios da autogestão – inclusive do tempo de trabalho – e da solidariedade) pode ser um local no qual o tempo *ganhe* em sua dimensão qualitativa e subjetiva. Na CooperSol os cooperados têm a liberdade de gerir o seu próprio tempo de trabalho, sendo este pautado pelos ritmos da vida, que respeita as dimensões familiares, a possibilidade de estar mais perto dos filhos quando preciso, de cuidar de si e poder resolver questões pessoais. A intenção não é fazer uma apologia à falta de horários estabelecidos, pois cumprir horários demonstra respeito para com os outros e com o trabalho a ser feito, enfatizando as palavras de Oliveira (2006, p. 102): “Todos, nestas organizações, concordam ou tendem a concordar que a liberdade individual não pode ser irrestrita”.

Na CooperSol a relação dos cooperados com o tempo de trabalho era diferente. Nesta os cooperados tinham, sim, responsabilidades em relação aos horários de chegada e saída, preocupavam-se com aquilo que deviam produzir, mas pareciam tentar não deixar a vida à margem do processo produtivo, seu tempo não seria uma mercadoria. O tempo parecia

lhes pertencer. Na CooperSol foi possível observar que o que parecia ser importante era não perder o ritmo de produção, compensando de alguma maneira até mesmo aqueles “minutinhos” tirados para um café ou para conversar com um amigo, mesmo quando estavam com um volume muito grande de produção. Era necessário cumprir horários por uma questão de responsabilidade, compromisso e solidariedade com o grupo, mas não por medo de punições. Todavia, aqueles que não cumprissem os horários por puro desleixo, podiam ser excluídos da cooperativa.

Não se faz aqui apologia à falta de responsabilidade com os horários de trabalho; se quer simplesmente observar que na cooperativa estudada, além do tempo objetivo, mensurado pelo relógio, há um contraponto: o tempo subjetivo, ou seja, o tempo vivido, ligado a dimensões afetivas e ao cotidiano em sua totalidade. Mas “ofuscados pela reificação do tempo, tratamo-lo como elemento objetivo, homogêneo e nitidamente delimitado, esquecendo-nos de que o tempo é vivido como uma abstração subjetiva, heterogênea, de contornos variáveis” (HASSARD, 1996, p. 193).

O tempo qualitativo está relacionado à subjetividade, pois cada um irá viver o tempo a partir de sua experiência individual e intransferível, de maneira que sua passagem e transformações sejam singulares e exclusivas. Discute-se nesta ocasião o tempo conexo aos afetos, sentimentos e aos costumes. A questão da subjetividade do tempo se desdobra de várias maneiras. Para Millan (2002, p. 91), a própria “subjetividade define-se pela representação e elaboração psíquica inerentes à experiência vivida com o tempo”.

Há de se destacar que a flexibilidade quanto ao tempo de trabalho não é sempre possível, depende da natureza da tarefa. Os depoimentos e as observações colhidas na CooperSol, destacam o caráter qualitativo

e heterogêneo do tempo de trabalho possível em uma cooperativa que tenta se pautar nos princípios da economia solidária. E revelam também as implicações do grupo de cooperados nessa estrutura, conferindo um lugar de especial importância para a construção social do tempo de trabalho na cooperativa, sempre permeado por acordos coletivos e responsabilidades individuais para com o todo, não sem conflitos.

2.3.3 Subjetividade, Cooperação e Conflito

Nas cooperativas que tentam se pautar pela economia solidária, por serem um espaço que deve ou deveria ser regido pela solidariedade, democracia e autogestão, algumas pessoas se perguntam se podem surgir também, apesar destes fatores, além da competição, conflitos nestes locais. Bleger (1984, p. 51-52) explica que:

O melhor “grau de dinâmica” de uma instituição não é dado pela ausência de conflitos, mas sim pela possibilidade de explicitá-los, manejá-los e resolvê-los dentro do limite institucional, quer dizer, pelo grau em que são realmente assumidos por seus atores e interessados no curso de suas tarefas ou funções. O conflito é um elemento normal e imprescindível no desenvolvimento e em qualquer manifestação humana.

As observações realizadas no cotidiano da cooperativa revelaram que na CooperSol (como em qualquer manifestação humana) também ocorrem conflitos, que eram expressos e encaminhados em conversas no grupo de cooperados e/ou em reuniões de discussão. É difícil divisar o quanto seriam de fato resolvidos, pois inúmeros conflitos podem fazer parte do cotidiano do empreendimento, como questões entre colegas, conflitos na administração da cooperativa, conflitos inerentes à natureza

do empreendimento que parecem precisar de um tratamento contínuo. Um empreendimento que se pauta pelos princípios da economia solidária demanda daqueles que o integram uma disponibilidade maior, pois, além de realizarem alguma função específica, precisam se preocupar com o todo do empreendimento. O espaço democrático propicia liberdade para que todos expressem as suas opiniões, que são em muitos momentos divergentes, o que pode gerar conflitos que precisam ser tratados e entendidos.

Enriquez (1997, p. 97), em seu texto “A organização em análise”, diz que “a cooperação nasce da expressão e do tratamento dos conflitos”. Na CooperSol, além das assembleias, as reuniões cotidianas se mostram como um lugar privilegiado de expressão dos conflitos, abrindo assim “possibilidades” de cooperação.

As assembleias e reuniões cotidianas parecem também próximas do que Dejours (1996, p. 170) indicou como um espaço público. O autor confere um lugar fundamental para esse espaço de palavra e “discussão onde perplexidades e opiniões são públicas”.

Nas cooperativas ao menos um espaço de palavra deve ser constituído, através de assembleias e/ou em reuniões, quando cada cooperado tem o direito de expressar as suas opiniões, de decidir, deliberar e questionar o que foi decidido por todos. Desse modo se constitui um espaço público, onde cada um deve ou deveria ter direito de voz e voto. O que não ocorre em outros empreendimentos, onde as pessoas, no dizer de Weil (2001, p. 155), somente devem “suportar tudo e calar-se”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CooperSol pode indicar que o trabalho realizado em um empreendimento embasado na economia solidária é uma prática desafiadora, entremeadada de dificuldades. Mas, apesar dos obstáculos, um empreendimento como esse traz o convite para se pensar como o trabalho humano pode ter um sentido mais amplo, distinto da raiz etimológica do próprio vocábulo, que não se vincule à fadiga e ao desgaste físico e psíquico. Busca-se, desse modo, construir e preservar um novo lugar para a subjetividade, ou seja, para os sentimentos e ideais humanos no contexto laboral, o que se torna viável através do desafio da autogestão, modo de administração praticada nos empreendimentos que se pautam pela economia solidária. Através da autogestão na CooperSol os trabalhadores conquistaram direito à voz e voto, podendo deliberar e decidir sobre todo o processo produtivo. Uma vez que o trabalho humano implica uma prática antecedida pelo pensar, o aspecto subjetivo precede o trabalho concreto.

A CooperSol, quem sabe, possa mostrar que as cooperativas verdadeiramente guiadas pelos princípios da economia solidária, pautadas pela autogestão, podem ser um lugar no qual o tempo de trabalho ganhe em sua dimensão subjetiva. Com isso, restauram-se elementos esquecidos, como o caráter cíclico e heterogêneo do tempo, isto é, o tempo vivido, porquanto na cooperativa as pessoas encontram a liberdade para administrar o seu próprio tempo de trabalho. Este seria assim guiado pelos ritmos da vida, considerando-se as várias dimensões do cotidiano, como, por exemplo, a família, propiciando aos trabalhadores a possibilidade de estarem mais tempo junto aos seus familiares.

Contudo, é preciso ressaltar que não há neste estudo o propósito de

defender a ideia de ausência de horários instituídos, uma vez que observar horários evidencia a consideração com os colegas e com as tarefas a serem realizadas. Na cooperativa, as pessoas procuram organizar seus afazeres, de sorte que há o livre arbítrio sobre o tempo de trabalho, que, não obstante, obedece aos termos de um contrato celebrado coletivamente, mostrando, assim, o tempo (de trabalho) em sua dimensão social. Apenas se engendra aqui um contraponto, deixando explícito, por meio das observações e dos depoimentos obtidos, que a forma como se administra o tempo permite reconquistar dimensões subjetivas há muito perdidas em empreendimentos não solidários.

Na CooperSol (como em qualquer manifestação humana) também surgem conflitos, que são manifestados e discutidos em reuniões, sendo incerto identificar os que de fato foram solucionados, pois são conflitos inerentes à própria natureza do empreendimento, necessitando de um tratamento contínuo. Assim, na CooperSol as assembleias e reuniões cotidianas transformam-se num espaço público de discussão, possibilitando a expressão e o tratamento dos conflitos; o que, segundo Enriquez (1997), faz nascer a cooperação. A CooperSol apresenta-se, do mesmo modo que outros empreendimentos solidários, como um contraponto, mostrando suas contradições e seus conflitos, que necessitam ser enfrentados pelos empreendedores solidários e por aqueles que se interessam em estudar o assunto.

Assim, não obstante as dificuldades, a CooperSol assinala que na proporção em que as pessoas estabelecem e estruturam um empreendimento solidário, organizam e estruturam a si próprias subjetivamente. Restituem-se, desse modo, dimensões negadas, tentando transformar o contexto de trabalho “de coisa em si, em coisas para si”, por meio de uma práxis constante. Contudo, não se transformam de repente, mas, antes, podem

empreender novas construções dentro de um tempo e espaço de trabalho que agora podem lhes pertencer.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. Trabalhar pra quê? In: KUPSTAS, M. (Org.). **Trabalho em debate**. São Paulo, SP: Moderna, p. 21-37, 1997.

ARENDT, H. **A condição humana** Tradução R. Raposo. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010.

BARRETO, A. V. B. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional** Tradução E. O. Diehl. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1984.

BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. J. (Coord.). **O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1996, p. 149-173.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Tradução F. R. Filho. Rio de Janeiro, RJ: Vozes. 1997.

FERNANDES, M. I. A. O trabalho psíquico da intersubjetividade. **Psicologia USP**, v. 14, n. 3, p. 47-55, 2003.

GIBBERT, M.; RUIGROK, W. The “What” and “How” of case study rigor: three strategies based on published work. **Organizational Research Methods**, v. 13, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://orm.sagepub.com/content/13/4/710.abstract>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006, p. 115-146.

HASSARD, J. Tempo de trabalho: outra dimensão esquecida nas organizações. In: CHANLAT, J. J. (Coord.). **O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas**. São Paulo, SP: Atlas, 1996, p. 175-193.

KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo**. Tradução José de Souza e Mello Werneck. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1997.

LOSICER, E. A pro-cura da subjetividade: a organização pede análise. In: DAVEL, E.; VASCONCELOS, J. (Orgs.). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 68-79.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2003, v. 1.

MILLAN, M. P. B. **Tempo e subjetividade no mundo contemporâneo: ressonâncias na clínica psicanalítica**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2002.

NARDI, H. C.; TITTONI, J.; BERNARDES, J. S. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho**

e tecnologia. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002, p. 302-308.

NEUMAN, W. L. **Social research methods**: qualitative and quantitative approaches. 3. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

OLIVEIRA, P. S. Cultura solidária, feições lúdicas. In: OLIVEIRA, P. S. (Org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo, SP: Hucitec, 2001.

_____. **Cultura solidária em cooperativas**: projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Tradução Marco Aurélio Fernandes Velloso. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, SP: Contexto. 2003. p.11-28.

TTITTONI, J. **Subjetividade e trabalho**. Porto Alegre, RS: Ortiz, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1990.

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. Case Research in Operations Management. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, n. 2, p. 195-219, 2002.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. **Applied Social**

Research Methods Series, London, v. 5, 1994

_____. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

WEBER, L.; GRISCI, C. L. I. Trabalho, gestão e subjetividade: dilemas de chefias intermediárias em contexto hospitalar. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 set. 2010. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512010000100005>

WEIL, S. Experiência na vida de fábrica. In: OLIVEIRA, P. S. **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo, SP: Hucitec, 2001, p. 153-168.

Recebido em: 10 fevereiro 2011.

Aceito em: 27 março 2012.